

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Mauro Pereira)

Solicita seja convidado o Senhor Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia a comparecer a esta comissão para prestar informações sobre o Aumento da Energia Elétrica.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre o aumento da Energia Elétrica.

JUSTIFICAÇÃO

Em 11 de janeiro de 2013, através da Lei 12.783/13, o Governo Federal, em uma decisão política e não técnica, alterou as regras de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e reduziu os encargos setoriais (as tarifas diminuíram em média no Brasil na Ordem de 20%).

A referida Lei contribuiu para incentivar a elevação do consumo. O Estado do Rio Grande do Sul teve os dois maiores aumentos do Brasil, sendo a RGE com 35,5% de média e a AES Sul com 39,55 de média.

Devido à complexidade do setor elétrico brasileiro, efeitos colaterais, como a atual crise hídrica, podem afetar toda a cadeia de produção, desestabilizando o setor e comprometendo sua robustez.

O setor elétrico vem passando por uma série de intervenções recentes, em tese, motivadas, mas cujos efeitos estão a exigir novas intervenções.

A situação de instabilidade em que se encontra o setor não tem uma causa única, e como em todos os grandes problemas, é resultado de um conjunto de causas, eventos e circunstâncias que nos trouxeram ao quadro atual.

O evento de vencimento das concessões de geração e transmissão, previsto para 2015, motivou uma intervenção, materializada pela MP 579/12, convertida na Lei 12783/13.

A decisão (previsível, a meu ver) de não antecipação do fim do contrato, tomada por algumas empresas, agravou a sub contratação das Distribuidoras que, em sua maior parte, havia sido provocada por atraso ou não execução de obras de geração e transmissão (contratadas em Leilões conduzidos pela EPE e ANEEL).

Leilões, que pretendiam contratar energia para o pleno atendimento do mercado, não lograram êxito e as Distribuidoras ficaram expostas ao mercado de curto prazo.

Somado a isto a seca que se abateu sobre as regiões de grandes geradoras hídricas fez com que a média de geração térmica que era de 6 % da Matriz Energética subisse para 21 % em 2013 e 2014, elevando o custo da energia para as concessionárias de distribuição a números astronômicos.

Isto fez com que as concessionárias brasileiras ficassem com um rombo de 9 bilhões em 2013 e 17 bilhões em 2014.

Para cobrir este rombo o Governo emprestou dinheiro às concessionárias que agora cobra com aumentos extraordinários.

O Rio Grande do Sul teve os dois maiores aumentos do Brasil, sendo a RGE com 35,5 % de média e a AES Sul com 39,5 % de média. Para a Região da Serra a situação ainda é mais crítica pois, a maioria das empresas estão ligadas em alta tensão na tarifa verde e tiveram um aumento de 50 %.

Somado a isto em 19 de junho próximo, a RGE terá seu aumento anual da tarifa. Estima-se mais 30 % de aumento.

É necessário aprofundar a discussão com a sociedade, envolvendo os agentes setoriais, para encontrar soluções mais duradouras para a crise do setor elétrico e esclarecer a população brasileira sobre as razões que justificam o aumento da energia consumida e quais as perspectivas futuras.

Embora haja quem entenda que trata se de uma crise conjuntural, o cenário atual faz crer que é necessária uma revisão mais profunda do modelo do setor, e a adoção de medidas de longo prazo, que garantam a estabilidade setorial.

Sala das Comissão, 10 de março de 2015.

MAURO PEREIRA
Deputado Federal PMDB/RS